



2273 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 12 - Filosofia da Educação

O tratamento histórico conceitual da coerção na educação: perspectivas epistemológicas de Freud, Skinner e Foucault.
Géssica de Souza Zuliani - UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Giseli Monteiro Gagliotto - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

O presente estudo é parte de uma pesquisa de mestrado que visa elucidar os principais conceitos epistemológicos da coerção, nas perspectivas teóricas de Freud, Skinner e Foucault. Trata-se de um estudo histórico conceitual, de cunho teórico bibliográfico, que buscou nas concepções matriciais dos autores, a totalidade da coerção em suas visões de homem, sociedade e educação. Pautados no método materialista, percorremos o caminho da coerção na obra e vida dos autores, relacionando a gênese da coerção à educação, psicologia e filosofia. Estivemos centradas em localizar na epistemologia psicanalítica freudiana, na filosofia behaviorista radical skinneriana e no período genealógico foucaultiano, elementos que subsidiassem a coerção em termos históricos, conceituais, filosóficos e sociais. Averiguamos que, os autores em suas contradições teóricas, apresentam uma dialética do objeto de estudo da coerção, no que tange seus aspectos positivos e negativos, ambos tratam a coerção como fato da realidade humana, que deve ser estudado e trabalhado dentro das relações sociais e consequentemente educacionais. A partir das perspectivas epistemológicas da coerção, entendemos que este fenômeno encontra-se inserido nas mais diversas relações sociais, como forma de controle, repressão e poder.

O tratamento histórico conceitual da coerção na educação: perspectivas epistemológicas de Freud, Skinner e Foucault.

O presente estudo é parte de uma pesquisa de mestrado que visa elucidar os principais conceitos epistemológicos da coerção, nas perspectivas teóricas de Freud, Skinner e Foucault. Trata-se de um estudo histórico conceitual, de cunho teórico bibliográfico, que buscou nas concepções matriciais dos autores, a totalidade da coerção em suas visões de homem, sociedade e educação. Pautados no método materialista, percorremos o caminho da coerção na obra e vida dos autores, relacionando a gênese da coerção à educação, psicologia e filosofia. Estivemos centradas em localizar na epistemologia psicanalítica freudiana, na filosofia behaviorista radical skinneriana e no período genealógico foucaultiano, elementos que subsidiassem a coerção em termos históricos, conceituais, filosóficos e sociais. Averiguamos que, os autores em suas contradições teóricas, apresentam uma dialética do objeto de estudo da coerção, no que tange seus aspectos positivos e negativos, ambos tratam a coerção como fato da realidade humana, que deve ser estudado e trabalhado dentro das relações sociais e consequentemente educacionais. A partir das perspectivas epistemológicas da coerção, entendemos que este fenômeno encontra-se inserido nas mais diversas relações sociais, como forma de controle, repressão e poder.

Palavras-Chave: Coerção, educação, filosofia, psicologia.

Introdução

A coerção nas perspectivas teóricas de Freud, Skinner e Foucault, nos levou a percorrer elementos da história da sociedade ocidental, que apresenta a coerção como um fenômeno que tem sua gênese nos primórdios da civilização, parte das primeiras indagações filosófica humanas e sociais.

Analisamos a coerção como produto histórico imerso na práxis social humana. Nesse sentido, entendemos que, nosso olhar circunscreve o método dialético, ao trazer a possibilidade da apreensão da coerção em sua dimensão real.

Na busca por compor uma fundamentação teórica e crítica, capaz de desvelar a coerção institucionalizada nos espaços sociais, fez-se fundamental a escolha de um método. Este indispensavelmente precisou compor o campo das ciências sociais e humanas, ser capaz de apreender os nuances históricos de nosso objeto, contribuindo para uma dialética estendida à realidade da coerção.

A coerção em seus desvelamentos potenciais e interpretativos, mesclou-se com a necessidade de uma reestruturação histórica e social a respeito de sua existência.

Segundo Frigotto (1987) assumir uma postura histórica materialista, requer a busca na raiz dos fatos, em que a realidade acontece. O objeto de estudo não pode ser imobilizado para fins de sua compreensão; é necessário poder apreendê-lo e captá-lo em todas as suas dimensões, materiais e históricas, dialéticas e concretas. É nessa busca que partimos. É no método materialista dialético que pousamos, certos da contribuição deste para a construção qualitativa de nosso estudo. Defendendo que “a dialética situa-se, então, no plano de realidade, no plano histórico sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos (FRIGOTTO, 1987; p. 75)”

A coerção mostra-se como um objeto de estudo, cujo campo teórico desconhecemos. É na limitação desse conhecer, do objeto que se apresenta, apenas no plano das ideias e busca tornar real e material. É no (...) desafio do pensamento – cujo campo próprio do desafio de mover-se é o plano abstrato, teórico – é trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real (FRIGOTTO, 1987; p. 75).

Entendemos que nosso objeto de estudo emerge como um fenômeno essencial para compreendermos as formas de relacionamentos em sociedade. Mais que apenas reconstruir o conceito de coerção a partir das três perspectivas teóricas nosso intento é apontar questões críticas a respeito de como nossa sociedade institucionalizou a coerção.

Aqui tratamos a coerção como um objeto de pesquisa imerso no campo da educação, podendo ser apreendido por meio da história e relação das áreas investigadas, da dialética presente entre filosofia, psicologia e educação.

Por coerção, entendemos o ato de coagir alguém, de modo que este alguém faça algo de nosso interesse. Como o ato de punir formas de agir, com o intuito de evitar que o sujeito punido venha a cometer o mesmo ato. Coerção, aqui, é visto como ato de disciplinar, organizar, normatizar e, principalmente, como modo de obter o controle sobre o outro.

O objetivo do presente artigo é introduzir o conhecimento sobre a coerção, de uma forma histórica e reflexiva da sociedade e constituição do homem, traçando um panorama dos primeiros estudos sobre o tema. Elencamos a finalidade a qual é empregada intencionalmente. As características e conceitos do fenômeno, quanto a sua presença nas relações humanas, demonstrando a institucionalização da coerção na sociedade.

Nosso intento é que este trabalho, contribua de uma forma teórica-científica para outras discussões sobre o fenômeno da coerção no âmbito da educação. É um despertar para a realidade concreta da coerção que permeia as nossas relações sociais e educacionais, a partir de uma análise científica acerca do fenômeno, feita sob aspectos históricos, modernos e dialéticos. Desse modo, tratamos da dialética da coerção na sociedade contemporânea, apresentando as contribuições de três importantes concepções matriciais sobre os fundamentos científicos da coerção.

Apontaremos a repressão nas obras de FREUD, elencando-a como processo para abarcar a concepção matricial do autor. Em SKINNER, tratamos do controle aversivo, seus componentes e subprodutos presente no processo. Nas obras de FOUCAULT, elencamos os denominados mecanismos disciplinares, que emergem em uma sociedade disciplinar/capitalista. Abordamos as transformações no método de punir, identificando as mudanças que a coerção assume juntamente com os interesses da sociedade capitalista.

O que intentamos é romper com a coerção naturalizada no campo educativo e social. Romper com a coerção que é sobreposta ao educador e perpassada aos educandos. Acreditamos que ao conhecer a coerção em suas minúcias e detalhes, sua função e intencionalidade, podemos ter controle sobre ela. Isso nos aproxima de uma educação emancipatória da coerção, no sentido de ofertar ao ambiente educativo-social um controle do que se controla e sobre o que é controlado.

A gênese da coerção nas relações filosofia, psicologia e educação.

A história da coerção a partir da filosofia, mostrou que a questão emergiu como tema atrelado às primeiras indagações filosófico-sociais. De todo modo, para Carvalho (2001), que em seus estudos apresenta claramente a origem da filosofia, bem como o fato de esta ter sido desenvolvida como poderosa ferramenta analítica para a compreensão dos temas humanos:

(...) a origem histórica da Filosofia deu-se na Grécia Antiga, primeiro com os pré-socráticos, que alimentaram a expectativa de encontrar um arquétipo capaz de justificar a realidade. Depois no período socrático (período em que nos embasamos para historicizar a coerção na filosofia), com o intento de resolver problemas da vida em sociedade, CARVALHO, 2001; p.16).

A filosofia retrata a coerção como elemento importante e presente no nascimento das civilizações ocidentais. Embarca uma das principais influências na construção de vida em sociedade, tendo contribuído para a instauração das primeiras normas de convivência social. Formas estas, que continuam, dando subsídios para atuais formas de organização sócio institucionais. Seja do ponto de vista das leis e das normas, seja do ponto de vista das organizações políticas.

Ao contextualizarmos filosófica e historicamente a coerção, buscamos respaldo em Platão (380 a.C.). Filósofo e matemático da Grécia antiga, que através de seus diálogos "socráticos" tratou da constituição de uma cidade. Cidade por meio da qual objetiva discutir como é possível atingir-se a perfeição, do ponto de vista da relação que se estabelece entre os sujeitos que a compõe. Já em 380 a.C., no século IV, os filósofos já clamavam por justiça. Pautavam a discussão sobre a cidade por meio da questão da construção de uma sociedade justa, capaz de controlar seus indivíduos para que se pudesse atingir o bem comum. Assim, a coerção aparece como instrumento para controlar os sujeitos imersos em uma coletividade.

A noção de justiça e injustiça é construída e reconstruída na obra de Platão (380 a.C.) respaldando-se em Sócrates, na medida em que os diálogos entre este filósofo e outros cidadãos vão se estabelecendo. Dentre esses diálogos, nos chama a atenção àqueles que se voltam para a construção de uma cidade, a ser construída em direção à mais perfeita ordem. Tema que passa por questões como a da necessidade de se consolidar padrões de normatização e convivência social.

Por muito tempo presente no domínio filosófico, a ciência psicológica adentra como um conhecimento que contribui para a compreensão do objeto em estudo; por apresentar os caracteres subjetivos que acompanham, contribui para apontar questões como, quem é esse sujeito? Como se constitui e se relaciona ao longo de sua história?

No entanto, anterior a esse marco importantíssimo para a psicologia, dever nosso enquanto pesquisadores que utilizam da história para reconstruir o objeto de estudo, reconhecer a filosofia como área do conhecimento que nos trouxe a ciência da psicologia.

Bock(1999) destaca que é entre os filósofos da Grécia antiga que passa-se à tentativa de sistematizar uma primeira psicologia; assim, "o próprio termo psicologia vem do grego psyché, que significa alma, e de logos, que significa razão (pg. 32)".

Nesse sentido, a etimologia da psicologia entrelaçada à filosofia significa o estudo da alma. Esta como parte impalpável do humano, abarcando seu pensamento, desejo, sensações, percepções, ações.

A psicologia científica é retomada aqui, a partir dos estudos formativos e interpretativos presentes nas teorias de Freud, Skinner e Foucault. Preocupados em contribuir com uma compreensão dos fenômenos sociais, e de como o homem constitui-se enquanto sujeito em sociedade, os autores apontam vieses da coerção em seus aspectos contraditórios e dialéticos; assim, a coerção possui em sua essência uma negatividade e uma positividade, sendo ela necessária para a institucionalização de normas e regras sociais, porém gerando um controle negativo sobre as condutas humanas. Esta reflexão será melhor aprofundada, ao traçarmos os contornos da coerção nas teorias dos autores supracitados.

A filosofia e a educação possuem uma estreita relação desde os primeiros pensamentos filosófico sociais, aproximadamente no século IV a.C., em que os Gregos passaram a adquirir uma consciência filosófica, período que origina uma problematização da teoria educacional. Platão e Sócrates dão continuidade a este processo a partir de uma consciência do pensar a complexidade das questões relativas ao humano e ao social. Muitos foram os filósofos que desenvolveram essas reflexões e contribuíram para um ser e fazer humano, a partir da educação.

Ao reconstruirmos a história da educação atrelada à filosofia, destacamos Platão (380 a.C) na defesa de que toda educação deveria preparar o homem individual para o meio social. Nos esclarece, a educação platônica dar-se ia de maneira construtiva intelectualmente, moral e fisicamente. Aquele que tivesse o benefício educacional, possuía o dever de voltar-se às questões públicas, como a formação integral do homem, o capacitando para a responsabilidade do bem comum.

Platão (380 a. C) ao tratar do mito da caverna, ressaltava que o homem que ampliava seu olhar para além da "escuridão" das sombras – saindo da caverna e vendo a luz do sol, dava uma boa direção a sua alma e tinha como responsabilidade fazer o mesmo com os demais

homens. No entanto, o conhecimento que a um libertava – conhecimento dado através da filosofia – assustava a outros, que por medo do novo, não saíam da caverna, considerando o homem libertado, um louco.

Como pressuposto de um estado ético-político, um dos maiores problemas da educação foi e é superar o individualismo e formar homens a partir das normas sociais. Platão (380 a.C) defendia que o filósofo era o responsável pelos cargos públicos, tendo capacidade de pensar uma educação social, normas de convivência morais e éticas a fim de produzir uma civilização democrata. Assim, a filosofia preparava o homem para a vida política. Porém, para Platão (380 a.C), o desconhecimento da ordem e da coerção moral, fazia com que o homem vivesse de acordo com seus caprichos e através de um princípio de prazer. Desse modo, o estado democrata vivia num excesso de liberdade, fazendo “reinar” a tirania.

Defender que a educação é um processo contínuo que se faz a partir de construções históricas, sociais e contraditórias, em que supera-se o velho e se constrói o novo. A filosofia vem ao encontro desta propostas, como sustenta Chauí (2000), esta área do conhecimento se constrói comprometida com “as questões humanas no plano da ação, dos comportamentos, das ideias, das crenças, dos valores e, portanto, se preocupa com as questões morais e políticas (pg. 45)”.

A reflexão vem como uma categoria estrutural do pensamento filosófico. Sendo o humano racional e capaz de conhecer a si mesmo, a partir de um movimento de reflexão filosófica. Conhecer a si mesmo, leva ao conhecimento das coisas sendo capaz de apreender a essência delas, Chauí (2000). A reflexão filosófica, da qual tratamos é a reflexão crítica do movimento e da realidade do objeto de estudo. Assim justifica-se pensar a coerção através dessa relação, pois aqui estrutura-se em sua dimensão humana, histórica e social.

A concepção matricial da coerção na sociedade em Freud, Skinner e Foucault.

Tratamos da coerção, na psicologia, por meio das contribuições de Freud (pai da psicanálise) e dos estudos desenvolvidos por Skinner (criador do Behaviorismo Radical). Na filosofia, através dos estudos efetuados por Michel Foucault, com as respectivas implicações no campo da Sociologia, da Ciência Política e da História. A concepção matricial para o tratamento da coerção nas perspectivas teóricas de Freud, Foucault e Skinner, nos levou a apreender as concepções filosóficas de homem e do nascimento de suas teorias.

As contribuições psicanalíticas de Freud, importante médico neurologista do século XIX e XX, criador da psicanálise, apontam que a coerção está inserida nas primeiras formulações sociais. Fizemos uso do conceito da repressão para apresentarmos os contornos assumidos pela coerção em um viés psicanalítico. A epistemologia psicanalítica apresenta-se como uma contribuição audaciosa e assertiva, rompe com paradigmas, históricos, culturais, filosóficos e sociais de uma época, em que, as ciências naturais, como a medicina, explicavam as doenças mentais de uma maneira organicista, no qual o homem era visto por um viés fisiológico. Quebra com a tradição de uma psicologia da razão, que buscava entender o funcionamento da consciência, fundamentando a existência do inconsciente, como seu objeto de estudo, a partir da metapsicologia – criada por Freud para qualificar o conjunto de sua concepção teórica e distingui-la da psicologia clássica; o homem não é responsável totalmente pelas suas ações.

A repressão “(operação psíquica que tende a suprimir conscientemente uma ideia ou um afeto cujo conteúdo é desagradável (ROUDINESCO, 1944; p. 658-659)” é um conceito parte da teoria psicanalítica freudiana, que emerge na produção do conhecimento científico sobre o descobrimento do inconsciente e também de teorias sobre o aparelho psíquico, formuladas pelo autor supracitado.

Nesse sentido, a epistemologia psicanalítica da coerção, que aponta o homem dotado de forças instintuais, nascendo como um ID pulsante, nos traduz a necessidade desse homem ser reprimido para fins de socialização. Os movimentos presentes nas forças instintuais do homem são necessárias para sua construção. O homem que deseja é, movido pelo seu desejo para o conhecimento.

A coerção como um fenômeno presente nas relações humanas, evidencia o que Freud postulava como civilização. Destaca que os processos civilizatórios coercitivos, dados a partir da repressão dos instintos, aos quais os homens estavam expostos são “males” necessários para sua convivência social, FREUD (1974).

A psicanálise ensina que o homem é constituído por conteúdos presentes em sua psique. Ao romper com paradigmas naturalizantes da concepção humana, Freud traz para a psicologia a relevância do cultural na sua construção. Para ele, este se faz em suas relações conscientes ou inconscientes; o inconsciente é a chave para as respostas de nossas atitudes. Ao tornar-se consciente o sujeito é capaz de auto regulação, para isso é necessário um processo, feito pela educação para que esse homem torne-se civilizado. Desse modo, a civilização é produto do controle e repressão das forças instintivas e sexuais do homem, a primeira renúncia imposta pela civilização, por meio da coerção são os instintos primitivos. A forma como essa coerção foi e, é empregada apresenta uma série de imperfeições, geradoras do sofrimento psíquico humano FREUD (2011).

Ao abordar a representação do aparelho psíquico, ressaltamos que Freud estrutura-o em dois momentos, designados de primeira e segunda tópica do aparelho psíquico. A primeira tópica do aparelho psíquico, elaborada em ‘A Interpretação dos Sonhos’ no ano de 1899 compreende a existência de três instâncias, denominadas de inconsciente (onde localiza-se os conteúdos reprimidos da realidade consciente, não aceitáveis socialmente e que não podem ser acessíveis à consciência), consciente (a realidade presente, onde localizam-se os conteúdos acessíveis a consciência) e pré-consciente (onde localizam-se os conteúdos que não estão acessíveis a consciência, mas que podem ser cessados sem uma barreira de repressão).

Na segunda tópica, em “Além do princípio do prazer” no ano de 1920, Freud reformula essa primeira teoria, evidenciando a existência do ID, EGO e SUPEREGO. Nesta, seu principal intento estava em complementar a primeira teoria sobre o aparelho psíquico. As instâncias contemplam as seguintes formulações: o id instância psíquica inconsciente regido pelo princípio do prazer. O ego, instância que equilibra as forças presentes entre do Id e superego, funciona como um regulador. E o Superego, regido pelo princípio da realidade, de ordem social, que internaliza no sujeito as normas e regras, para que esse possa viver em sociedade.

A coerção é em Freud, um processo necessário para fins sociais, no sentido de que é papel da educação, formar o agente psíquico capaz de auxiliar o sujeito no controle de seus instintos. O Superego é essa instância social e reguladora, constituída a partir de nossas relações. A falha, o ponto negativo da coerção, estaria em uma repressão/coerção demasiada das ações do sujeito, pelo meio social, pois o conteúdo reprimido tende a vir à tona de alguma forma. Como Freud destaca, a maneira como é internalizado essa importante instância psíquica, aponta falhas no processo de socialização.

As novas gerações se educadas com bondade, ensinadas a ter uma opinião elevada da razão, experimentando os benefícios da civilização precocemente, terão uma postura diferente para com ela. Assim, essas gerações sentirão a civilização como algo seu e conseguirão fazer os sacrifícios em relação ao trabalho e satisfação instintual, que forem necessários ao seu favor. “Estarão aptos a fazerem sem coerção e pouco diferirão de seus líderes” (FREUD, 1974; p. 19).

Freud quer nos orientar é que, o autoconhecimento, permite ao sujeito a internalização do superego de uma forma saudável, identificando

sua contribuição de forma satisfatória para a vida em sociedade, evitando e diminuindo assim, seu contato com a coerção social externa imposta pela moral civilizada.

Seguindo essa linha de contribuição, elencamos os estudos de SKINNER, um dos psicólogos mais importantes do século XX, desde a publicação de seu primeiro livro: "The behavior of organisms" publicado no ano de 1938, Skinner determinou uma nova concepção sobre o comportamentalismo (campo científico da psicologia que possui como objeto de estudo o comportamento dos organismos), construindo uma ciência do comportamento, engajada com questões e problemas relacionadas ao comportamento humano. A partir da noção de comportamento operante (age no meio), Skinner preocupa-se com as causas, com o que controla determinado comportamento, aprofundando seus estudos na questão do controle comportamental.

Desse modo a matriz coercitiva em sua contribuição, enseja os processos e procedimentos envolvidos no controle aversivo, abrangendo seus componentes e subprodutos. A coerção aqui é tratada como uma forma de controle, o aversivo.

O behaviorismo radical, não cria a coerção nem defende seu uso (como muitos acreditam), mas passa à estudá-la como fenômeno comportamental de controle, inserido na sociedade e agências sociais SKINNER (2010).

Ao preocupar-se em entender e ainda, interpretar as causas de determinados comportamentos humanos, sua evolução e relações de dependência e independência dentro de um ambiente social. A partir dessas causas, identificar porque o sujeito se comporta de determinada maneira, auxiliando-o no seu autoconhecimento e na modificação de comportamentos que o fazem sofrer.

A matriz filosófica Behaviorista radical, interpreta o sujeito como produto e produtor do meio em que vive, capaz de, modificar, controlar e prever seu próprio comportamento. Nesse aspecto, Skinner (2010) nos aponta que:

O autoconhecimento é de origem social. Só quando o mundo privado de uma pessoa se torna importante para as demais é que ele se torna importante para ela própria. Ele então ingressa no controle de comportamento chamado conhecimento. Mas o autoconhecimento tem um valor especial para o indivíduo. Uma pessoa que "trouxe consciência de si mesma" por meio de perguntas que lhe foram feitas está em melhor posição de prever e controlar seu próprio comportamento (SKINNER, 2010; p. 31).

Apontamos que a partir de experimentos laboratoriais, para estudar o controle, a literatura Behaviorista, traz a descrição experimental, que Skinner denominou de reforço negativo, punição positiva e punição negativa como parte componente da coerção ou controle aversivo. Sumariamente, o controle aversivo, na concepção matricial skinneriana, é composto por contingências de reforço negativo e punição, Skinner (2003).

Apontando que a coerção não é o meio mais eficaz de controle, e dela emergem consequências negativas ao homem, como ansiedade, fuga e esquivas. No entanto não desconsiderando seu papel na formação humana, alerta para os cuidados com o seu uso. Como ferramenta disciplinar e reguladora.

A criança recebe estímulos do meio em que vive, que influenciam na sua maneira de comportar-se. Para Skinner (2010), o processo de socialização do ser humano, é parte da comunidade verbal na qual está inserido. A comunidade verbal oferece noção de normas, regras, condutas, etc. Nesse sentido, a criança é posta sob controle de um ambiente social, primeiramente, os cuidadores, que irão fazer parte de sua comunidade verbal. Insere-se nesse contexto, o controle sobre o comportamento da criança, que são reforçadas positiva ou negativamente. E, quase na maioria das vezes, punidas por comportamentos considerados inadequados, ao ambiente do qual faz parte.

Para nós e para Skinner (2003), a coerção, insere-se como fato natural, ou ainda, naturalizado. Ameaças de punição às condutas humanas, são despendidas sempre como primeiro recurso de controle. Isso implica um desconhecimento por parte de alternativas à coerção? Por parte das consequências advindas dessa forma de controle? Ou ainda, como a resposta punida é imediatamente cessada, a coerção torna-se reforçadora à quem aplica? É mais fácil aplicar a coerção do que planejar um ambiente positivo e reforçador, no qual o controle deliberado não gere um mal estar no indivíduo? Não somos capazes de escolher apenas uma das alternativas. Acreditamos que essas indagações são hipóteses que não podem ser excluídas entre si, mas juntas podem compor, muitas das causas do uso constante/inadequado da coerção.

De fato, a coerção é um processo presente em variados contextos e relações, que envolvem seres humanos e não humanos. Ela existe, quer queiramos ou não, somos submetidos à ela, ao mesmo tempo que a usamos, como fonte de obter controle sobre algo ou alguém. Seria ótima e extremamente funcional, e também seria indicada sem restrições, considerando a facilidade de lançarmos mão dela, não fossem as consequências que ela está passível de gerar.

Inquestionavelmente a punição severa tem um efeito imediato na redução da tendência para agir de certa maneira. Sem dúvida, este resultado é responsável pelo seu largo uso. "Instintivamente" atacamos quem nos ofende – talvez não com um ataque físico, mas com críticas, desaprovação, vituperação ou ridículo. Havendo ou não uma tendência herdada para se fazer isso, o efeito imediato do procedimento é suficientemente reforçador para explicar sua ocorrência. Todavia, a longo prazo a punição realmente não elimina o comportamento de um repertório e seus efeitos temporariamente são conseguidos com tremendo custo na redução da eficiência e felicidade geral do grupo (SKINNER, 2010; p. 208).

Os subprodutos de um processo de coerção, podem ser identificados se observarmos o efeito deste controle no meio em que vivemos, nossas relações sociais, instituições nas quais pertencemos, uma delas o âmbito educacional. O reforço negativo apresenta complicações como nos aponta Sidman (2009):

Reforço negativo, então, particularmente se intenso e contínuo, pode restringir estreitamente nossos interesses, até mesmo causando uma espécie de "visão de túnel" que nos impede de atentar para qualquer coisa, exceto o estresse a que estamos, no momento, sendo submetidos. Nós podemos dar conta muito bem de rotinas estabelecidas, embora talvez de uma maneira estereotipada, mecânica ou compulsiva (p. 109).

A fuga, a esquivas, o contra controle, o medo, a ansiedade, o parar de responder a estímulos do ambiente, envolvem a gama de consequências advindas do controle por coerção (SKINNER, 2003; MOREIRA E MEDEIROS, 2007; SIDMAN, 2009). E isso deve ser olhado com cuidado, no que tange às consequências a longo prazo. A fuga é vista como um padrão de comportamento, que consiste na remoção da estimulação aversiva que se faz presente no ambiente. Nesse sentido, o sujeito comporta-se a fim de eliminar o aversivo. A estimulação aversiva pode ser emparelhada a outros estímulos neutros do ambiente, causando no sujeito uma generalização deste padrão. Então, cada vez que, deparar-se com uma situação, ambiente ou elemento que for semelhante à estimulação aversiva inicial, que desencadeou a fuga, ele vai comportar-se de forma a eliminá-lo. Tudo isso é alertado pelo autor, quanto à uma deliberação de coerção, esta deve ser sempre um último recurso.

Dando sequência as contribuições teóricas que somaram-se a nosso estudo, apontamos, a genealogia do poder de Foucault, atravessa o trabalho contribuindo para o entendimento da coerção como uma forma de disciplinar e fabricar sujeitos, para corresponder aos interesses do capitalismo. O âmbito educativo, sutilmente também é uma forma de institucionalizar poderes e utilizar de mecanismos disciplinares.

todas as relações humanas, são relações de poderes, controle – do macro para o micro. Para o autor se existem pessoas se relacionando,

existe uma relação de poder, deixa claro que nem sempre este poder é negativo.

Em Foucault, ao tratarmos de uma sociedade, a que estamos inseridos, a sociedade capitalista, que implementa formas de controle sobre o corpo, vê a necessidade de tornar útil os corpos dos sujeitos, para o trabalho. Via mecanismos disciplinares. A sociedade disciplinar, nada mais é do que a sociedade capitalista. Sociedade que apresenta formas específicas de dominação. Formas, estas, caracterizadas pela anátomo-política e pela biopolítica.

Trouxemos para o debate a coerção como forma de poder/fabricação. Do macro para o micro, elucidando que as formas de poder institucionalizam-se e formam/fabricam sujeitos. Compreender a relação entre poder e saber – principalmente no que refere-se ao poder sobre o sujeito através de uma fonte coercitiva.

O poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos nunca foi muito estudado. Um assunto que foi ainda menos estudado é a relação entre o poder e o saber, as incidências de um sobre o outro. Admite-se, e isto é uma tradição do humanismo, que a partir do momento em que se atinge o poder, deixa-se de saber: o poder enlouquece, os que governam são cegos. E somente aqueles que estão à distância do poder, que não estão em nada ligados à tirania, fechados em duas estufas, em seus quartos, em suas meditações, podem descobrir a verdade (FOUCAULT, 1993; p. 141).

A problematização relacionada a questão do poder, constitui uma microfísica que se consolida por meio dos dispositivos do poder (anatomo-política e biopolítica), que se volta para o controle do corpo (individual) e das populações (por meio de saberes que se acercam destas populações com o intuito de as controlar/conduzir).

Neste sentido, os mecanismos disciplinares são fontes de dispositivos de poder. Emergem na sociedade moderna, a fim de controlar as atividades e compor as forças; o que resulta numa maior eficácia por parte do controle social. Surge, daí, os contornos de uma regulamentação voltada à arte de punir/sujeitar os indivíduos.

Foucault (1987) temos a demonstração das formas, institucionais e sociais, de exercício do poder. O que pode ser utilizado para entendermos o funcionamento das instituições educacionais. Pois nestas o controle assume, no decorrer da história, contornos mais sutis. Consolidando uma hierarquia de normas e práticas que acabam por submeter parcelas da população; seja ela a maça trabalhadora, que precisam ser educados ou que precisam ser medicalizados.

Entendemos em Vigiar e Punir, que se no suplício o que se esperava atingir, a partir do ritual que o acompanhava, era a massa/povo – instituindo um ritual de terror em torno do corpo do condenado –, reafirmando o poder do soberano; a partir do advento do sistema prisional, no capitalismo, se busca otimizar as forças, tornar dóceis os comportamentos, emoldurar as condutas.

O poder disciplinar, não apenas em seus aspectos negativos, mas como possuidor de um caráter positivo no que tange a sua função social complexa. Na história, como nos apresenta Foucault (1987), o suplício dos corpos dos condenados, atinge uma minuciosa descrição de como aconteciam as punições nos séculos passados. A desumanidade, a indignidade a que o sujeito punido estava exposto é inegável e extremamente repudiante, é um circo de horrores que busca legitimar o poder. A certeza de que um crime é punido, dá a garantia de que o sujeito pensasse antes de cometer um delito. Porém essa arte dos suplícios vai assumindo novas formas, a fim de atingir a alma do sujeito.

Os carrascos que possuíam como função supliciar o corpo, são substituídos por profissionais que vigiam o tempo todo. Médicos, psicólogos, psiquiatras, educadores, dentre outros garantem com sua presença, que a punição e vigilância será empregada de acordo com a natureza do delito. “Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições (FOUCAULT, 1987; p. 18)”.

Desaparece aos poucos o “espetáculo” sobre o corpo físico, o sofrimento vai tomando outras dimensões. Não se tira mais o direito de viver, substitui-se pela privação da liberdade e então uma nova economia do punir/poder vai obtendo forma. Essa processo apesar de mudar de formas estava longe de chegar ao fim, a execução do condenado, de acordo com seu crime passa a acontecer em segredo, um segredo entre justiça e o condenado.

Há um interesse político, pautado na fabricação e utilização dos corpos, com vistas a produção de um bem comum. O condenado passa a pertencer à sociedade até que cumpra sua pena. Para Foucault (1987), se antes, o corpo do condenado representava propriedade do rei que exprimia a marca de seu poder, com a reforma esse corpo torna-se um bem social, um objeto de utilização coletiva.

O principal do novo conceito de punição através de coerção que a reforma penal nos apresenta. Trata-se de uma organização do poder de punir, representa uma concepção preventiva utilitária do direito de punir. Assim a nova noção de punição/coerção para os reformadores e que a “(...) punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito (FOUCAULT, 1987; p. 108)”.

A maior função do poder disciplinar, para Foucault, reside no recurso para o bom adestramento. É no adestramento que se capacitam as forças, se intensificam as habilidades.

“Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 1987; p. 143).

A matriz da coerção encontrada em Foucault versa sobre os instrumentos que garantem o sucesso do poder disciplinar, descritos da seguinte forma: Vigilância hierárquica, sanção normalizadora, e exame. Modelam os comportamentos, fabricam os corpos e as ‘almas’.

Estes elementos estão presentes, nas sociedades ocidentais modernas, por meio das práticas regulamentadas e seguidas nas escolas, nas prisões, nos quartéis, nos conventos, nas fábricas. Observa-se aqui a questão da coerção, transformada por meio de tecnologias sociais que buscam, agora de modo mais sutil, controlar o comportamento. Fabricar indivíduos. Criar disposições.

Algumas considerações:

No âmago das três concepções a repressão, o controle e os mecanismos disciplinares são os meios que nos respondem a questão da coerção. Considerando as diferenças epistemológicas de homem, reconhecemos que a função da coerção apresentada pelas três perspectivas, seguem rumos similares.

Similares pelo fato de que as três concepções nos apontam para a negatividade e positividade do papel da coerção na sociedade.

Em Freud com uma repressão instintual necessária até que haja a internalização do superego, instância auto reguladora, produzindo uma

autonomia no sujeito. Que por sua vez torna-se civilizado, o sujeito é portanto produtor da repressão e também submetido à ela. Em Skinner com a noção de controle, entender as causas que controlam nosso comportamento e como ele é controlado. Para que o sujeito possua autoconhecimento e controle sobre os seus comportamentos. O homem exerce controle e também é controlado.

Em Foucault, ao tratar das relações de poder, dos mecanismos disciplinares, que eles emergem na sociedade e fazem parte das mais diversas relações, sendo o sujeito um produto e produtor do poder, visto que está envolto as relações de poderes.

Parece em primeiro aspecto, um tanto quanto ousado, tratarmos da dimensão da coerção nestas três teorias, de uma maneira similar. No entanto, com a pesquisa histórica e epistemológica de suas contribuições, apreendemos a dialética da coerção presente neles.

Ambos, tratam a coerção como elemento crucial para o processo de formação do homem. Quando o sujeito é capaz de internalizá-la entendendo seu papel para a auto regulação, autocontrole e para o estabelecimento positivo de relações sociais, ele torna-se capaz de conduzir sua conduta, sem expor-se constantemente à coerção social.

No entanto nossos autores traduzem que, a coerção em seus aspectos sutis e normalizadores, empregadas por instituições que visam a fabricação de sujeitos, para a correspondência de interesses próprios, podem atingir níveis também severos de coerção. Nesta o homem acaba por se tornar apenas produto do meio, dotados de uma acriticidade, o que possui um caráter contrário ao papel da educação.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, J. M. de. **História da filosofia e tradições culturais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BOCK, A. M. B. **Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia**. Barra Funda: Saraiva, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão e sexualidade feminina**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Fazenda, I. Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1987.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. de. Princípios Básicos da Análise do Comportamento. In _____. **Aprendizagem pelas consequências**. Brasília: Artmed, 2007, Cap. 4, p. 63-84.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ROUDINESCO, E. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1944.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Trad. M. A. ; Andery e T. M. Sério. Campinas: Livro Pleno, 1989/2009.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução J. C. Todorov e R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974/2010.